

**A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E A ATUAÇÃO DA MULHER NO
ASSENTAMENTO SANTA OLGA NO MUNICÍPIO DE NOVA
ANDRADINA-MS**

**A GENDER DISCRIMINATION AND THE ROLE OF WOMEN IN
SETTLEMENTS SANTA OLGA THE MUNICIPALITY OF NOVA
ANDRADINA-MS**

Marilsa Fátima Aranha da Silva¹

Jodenir Calixto Teixeira²

RESUMO: Nos últimos anos os assentamentos rurais em território brasileiro têm aumentado significativamente, apesar de ainda se mostrarem insuficientes para atender ao elevado número de trabalhadores sem terras existentes no país. Embora a atuação da mulher seja constante nos assentamentos do país, a discriminação do gênero feminino ainda se faz presente no contexto desses assentamentos. Sendo estes um mecanismo de distribuição de renda e inclusão de trabalhadores no processo produtivo, qualquer tipo de discriminação se mostra irracional. Por essa razão, achou-se importante identificar a atuação e contribuição dessas mulheres nesse universo. Nesse sentido, o presente trabalho se voltou para uma análise do papel da mulher na organização do assentamento, com a realização de um estudo de caso no Assentamento Santa Olga, no município de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS CHAVES: assentamentos; mulher; discriminação; gênero; Santa Olga.

¹Professora graduada em Geografia pelo CPNA/UFMS – Email: marilsa.aranha@hotmail.com

² Professor Mestre assistente do curso de Geografia do CPNA/UFMS e doutorando do curso de pós graduação em Geografia da FCT/UNESP – Email: jodenir.teixeira@ufms.br

ABSTRACT: In recent years the rural settlements in Brazilian territory have increased significantly, although still prove insufficient to meet the large number of existing workers without land in the country. Although the role of women is constant in the settlements of the country, female discrimination is still present in the context of these settlements. These being a mechanism of income distribution and inclusion of workers in the production process, any discrimination shown irrational. For this reason it was felt important to identify the role and contribution of these women in this universe. In this sense, this work turned to an analysis of women's role in the organization of the settlement, with the completion of a case study in Settlement Santa Olga, in Nova Andradina, State of Mato Grosso do Sul.

KEYWORDS: settlements; woman; discrimination; gender; Santa Olga.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização a mulher foi relegada a situação de inferioridade. A cultura machista e patriarcal predominou em diferentes sociedades e ainda se faz presente na cultura ocidental, embora em menor intensidade que na cultura oriental.

Nos contextos urbanos, principalmente naqueles constituídos por pessoas com alto grau de escolaridade, essa distinção é menor. Todavia, no universo rural as discriminações ainda são gritantes. Nos assentamentos, por exemplo, apesar de na maioria dos casos a mulher ter participado do acampamento e das diversas manifestações e movimentos de luta pela terra, quando em posse do lote, as decisões finais quase sempre cabem ao homem, com raras exceções.

Nessa perspectiva, como se dá a atuação da mulher dentro dos assentamentos? De que forma ela participa das atividades realizadas no lote? Buscando responder a essas questões, esse trabalho propôs analisar, de modo superficial, a atuação da mulher na organização de um assentamento, tomando

como exemplo o “Santa Olga” no município de Nova Andradina-MS, apresentando as atribuições e trabalhos desenvolvidos pelas mulheres nesse espaço coletivo.

Assim, para a realização dessa pesquisa, os trabalhos foram divididos em três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e interpretação de dados.

Este artigo é, portanto, resultado dessa pesquisa desenvolvida junto ao curso de Geografia do câmpus de Nova Andradina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no período de 2011 a 2012.

O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

O trabalho da mulher não era (e em muitos contextos ainda não é) considerado produtivo. Segundo Schwendler (2002), o trabalho da mulher rural não é considerado como trabalho e o seu produto, embora contribua para a subsistência, não é contabilizado como produção. Em outras palavras, *“a invisibilidade do trabalho feminino se expressa inicialmente no fato das mulheres trabalharem sem remuneração”* (DUVAL E FERRANTE, 2010, p. 2).

As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural, o que corresponde a um contingente de 15 milhões de pessoas, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento de sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola ou camponesa (BRASIL, 2008, p. 141).

Tedeschi (2009) defende que a compreensão de gênero como uma construção se fundamenta em aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e psicológicos. Já Becker (2009) vai um pouco além quando argumenta que discursos como o educacional, o religioso, o científico (incluindo o médico) e o jurídico reforçam a distinção de papéis entre homens e mulheres.

Segundo Faria (2010), na sociedade contemporânea, a mulher desenvolve simultaneamente o trabalho produtivo (aquilo que gera troca no mercado de trabalho e que é possível mercantilizar) e o reprodutivo (que ocorre no contexto familiar), todavia, o trabalho realizado em sua própria casa (reprodutivo) não é considerado.

Nesse sentido, para Tedeschi (2009) o trabalho da mulher se torna pouco visível e menos importante.

No contexto dos assentamentos, o trabalho produtivo da mulher se mistura com o reprodutivo, intensificando ainda mais essa invisibilidade. Ela divide o seu tempo nas tarefas do lar e nas atividades do assentamento.

Suas atividades agropecuárias são ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado (naturalizado) como o verdadeiro trabalho da mulher rural. Mesmo que exerça tais atividades, há uma tendência historicizada de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias é reduzida ou secundária, quando depois de suas obrigações domésticas ela ajuda ao homem. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela mulher rural. Ela tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa. Assim, ela mesma pode subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias (DUVAL E FERRANTE, 2010, p. 2).

Essa situação se dá porque, nas relações de gênero, quase sempre prevaleceu a superioridade masculina. A cultura machista e patriarcal do sistema colonial predominou (e ainda predomina, embora em menor intensidade) nos diversos segmentos da sociedade e constantemente aparece nas relações de trabalho. Isso é evidenciado principalmente na questão salarial, pois, apesar dos avanços ocorridos, ainda prevalecem as desigualdades. Araujo e Ribeiro (2001) apontam que as diferenças estão presentes em todo o país, apesar de não se darem com a mesma intensidade pelas regiões brasileiras. Segundo esses autores tal diferença é de 45,7% no Sul, 44,6% no Sudeste, 39,8 no Nordeste, 32,1% no Centro-Oeste e 20,5% na região Norte.

Nesse contexto, a mulher é inferiorizada, já que “(...) *a desigualdade entre homens e mulheres é ‘socialmente construída’ através da atribuição, a ambos, de papéis diferenciados e hierarquizados*” (SCOTT *apud* TEDESCHI, 2009, p. 143).

A divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade. Em primeiro lugar, é preciso destacar que ela é histórica, ou seja, foi sendo constituída. Não é imutável. Mas tem princípios que

permanecem; o que modificam são as modalidades. Isso nos ajuda a pensar sobre a permanência dessa desigualdade (FARIA, 2010, p. 15).

Assim, a tradicional distinção dos papéis para mulheres e homens se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho, cujas raízes conferem à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política e nas lutas sociais, tornando, dessa forma, o seu trabalho não visível.

Para Schwendler (2002) essa invisibilidade é legitimada pelo próprio casamento que condiciona a mulher, na maioria das vezes, a aceitar a obrigação da casa/família em troca de ser mantida pelo marido.

A tradição ocidental judaico-cristã apresenta a concepção de que o trabalho da mulher se realiza, principalmente, em seu próprio lar, administrando a casa e cuidando do marido e dos filhos. Além disso, as atribuições “naturais” da mulher, como gestação, parto e amamentação, funções para as quais a mulher é biologicamente preparada, são acrescentadas tarefas culturalmente impostas como sendo exclusivas do sexo feminino, como preparo dos alimentos, cuidados com a casa e com os filhos. *“A discriminação por gênero encontra-se presente em praticamente todas as sociedades, independentemente dos traços culturais e religiosos e dos sistemas políticos e econômicos”* (ARAUJO E RIBEIRO, 2001, p. 2).

Porém, ao longo da história, a mulher cada vez mais demonstra ter a mesma capacidade que o homem e atua em vários segmentos, ocupando cargos antes considerados “masculinos”.

A argumentação que usa a natureza para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e do feminino. A imagem do feminino está ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que, aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas no espaço público (TEDESCHI, 2009, p. 147).

Essa divisão é herança cultural da já mencionada sociedade machista e patriarcal do período colonial, mas que infelizmente permanece, embora na

sociedade contemporânea já se percebe significativos avanços e conquistas da mulher.

Todavia, a diminuição da desigualdade de gênero no ambiente de trabalho se verifica, normalmente, em contextos urbanos. No meio rural, no entanto, tais desigualdades são mais visíveis. As atividades como criação de aves e pequenos animais, e a horticultura, por exemplo, na maioria das vezes são voltadas para a subsistência familiar e, por isso, são consideradas como extensão do trabalho doméstico e, normalmente, realizadas pelas mulheres. Essas atividades se caracterizam, normalmente, pela ausência de remuneração, exceto nos casos em que esses produtos são comercializados.

As mulheres assentadas cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias a elas são do tipo mão de obra reservada para atividades que demandam mais trabalho na roça, como nas colheitas e plantios. Por causa das tarefas domésticas e atividades que não geram renda diretamente, o trabalho da mulher se torna invisível. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social 'convencional', na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher (...) (DUVAL e FERRANTE, 2010, p.3).

Segundo Tedeschi (2009), essa definição de papéis no meio rural se justifica no discurso de que, sendo a mulher responsável pela vida doméstica, ela poupa o homem de problemas presentes no cotidiano familiar e sendo o homem responsável pela vida pública, ele protege a mulher de problemas "complicados" como bancos, empréstimos para a lavoura, compra de insumos, atividades na cooperativa, entre outros (*grifos nossos*).

Menegat (2009, p. 221) afirma que os poderes delegados aos homens são questionados pelas mulheres "(...) *principalmente os que se referem à divisão de trabalho entre homens e mulheres nos espaços da lavoura e da casa, atribuindo a elas duplas jornadas: a casa, a roça e, por vezes, a feira.*"

Todavia, mesmo no universo dos assentamentos onde as relações de gênero se fazem “mais tradicionais” é possível perceber, que, em dado momento, os papéis do homem e da mulher se convergem.

Nesse sentido, Schwendler (2002) expressa que, nos assentamentos, as atribuições masculinas e femininas não têm fronteiras rígidas em todos os momentos da vida, pois, se percebe que em muitos, ocorre uma moderada colaboração entre homens e mulheres na definição do futuro do lote. Ademais, a exigência da assinatura conjunta (do casal) para a liberação de recursos destinados à viabilização da produção e organização do assentamento tem contribuído para este planejamento conjunto e tomada de decisões partilhadas. Entretanto, o cumprimento desta exigência não pressupõe que a mulher tenha efetivamente poder de decisão, mas apenas que exerce moderada influência, já que a última palavra é, geralmente, do homem, como elas mesmas denunciam.

O que se interpreta da argumentação acima é que, apesar das mulheres assentadas apresentarem maior participação no processo decisório dos assentamentos, a decisão final é sempre homologada pelo homem.

(...) Em muitos casos, mesmo que sejam legalmente proprietárias, elas encontram barreiras para decidir de fato como utilizar a terra, o que plantar ou o que criar. No interior do movimento sindical, as mulheres ainda têm pouco acesso a cargos de poder e são alvos cotidiano do preconceito sexista (SILVA, 2010, p. 8).

Além disso, o trabalho fora do lote nem sempre se constitui numa fonte de realização pessoal, pois o objetivo, quase sempre, é o bem estar da família já que a renda oriunda do trabalho extra geralmente se destina a atender as necessidades familiares.

Ou seja,

(...) as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do lote, o que as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto homens muitas vezes gastam em despesas pessoais (DUVAL e FERRANTE, 2010, p. 3).

Contudo, mesmo nessas atividades, esse papel é permeado de contradições, pois, atividades como o cultivo da horta, a criação de animais e a produção do artesanato, embora se tratem de trabalhos que produzem mercadorias cuja venda contribui para o sustento da família, eles estão embutidos no que é chamado “cuidar da casa” e, raramente, contabilizados.

Todas as considerações até aqui expostas sobre a invisibilidade do trabalho da mulher vão ao encontro do argumento de Tedeschi (2009, p. 153), quando afirma que *“uma das matrizes desse discurso que invisibiliza o trabalho da mulher, reside na fundamentação filosófica que legitimou, no decorrer da história, a ‘natureza’ do trabalho feminino.”*

Dessa forma, a mulher assentada, muitas vezes, se vê obrigada a reproduzir a ideologia machista que coloca o seu trabalho e o seu poder de decisão em segundo plano.

Porém, as atribuições às mulheres assentadas vêm se modificando, apesar de ainda em um ritmo lento. Se há algum tempo, elas se resumiam em cuidar da casa e ajudar nas atividades da propriedade rural, hoje, por desejo e por necessidade, a mulher assentada ocupa novos espaços no mercado de trabalho.

Segundo Noronha (1986, p. 50), *“a mulher sempre foi trabalhadora, não há novidade quanto a isso. E esse trabalho é sempre encarado como transitório, necessário, mas não um fator de auto realização ou anulação como mulher”*.

O que o autor acima menciona é que a mulher sempre trabalhou. Contudo, o seu trabalho nunca ocupava posições de destaque, mas era visto como um trabalho auxiliar. No caso da mulher assentada essa invisibilidade de sua atuação política e laboral também se fez (e ainda se faz) presente.

É assim que o trabalho doméstico da dona de casa, seu valor e esforço, sua contribuição ao bem estar social, não é reconhecido como trabalho e não se reveste, portanto, de prestígio social. A economia do sistema capitalista trata de desconhecer esta economia paralela, que surge e se constrói dentro do sistema familiar de produção (TEDESCHI, 2009, p. 158).

As necessidades imediatas levaram a mulher a procurar atividades alternativas que complementassem a renda advinda da produção do lote, já que este não oferecia condições suficientes para prover toda a necessidade familiar.

Ademais, como geralmente cabe a elas a responsabilidade pelos trabalhos domésticos e cuidados com a família, e devido ao fato de pouco (ou nunca) se contar com serviços públicos (de creches, por exemplo) que apoiem estas atividades, muitas mulheres se vêem forçadas a aceitar empregos que sejam compatíveis com as obrigações que tem em casa.

Essa situação explica, talvez, o número significativo e crescente de mulheres que trabalham como assalariadas fora do assentamento. O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece compatível com a concepção de que sua função produtiva vai subsidiar, ajudar. Em algumas situações, se assalariam como forma de aumentar a renda e o investimento no lote, em outras, aparece claramente a vontade de se livrar das formas, mais ou menos dissimuladas, da violência de gênero (DUVAL e FERRANTE, 2010, p.4).

Todavia, nos últimos anos, mudanças gradativas vêm sendo percebidas tanto no ambiente de trabalho como no contexto doméstico.

É preciso considerar que o trabalho da mulher produziu mudanças não apenas na sua inserção na comunidade local, mas produziu 'um certo partilhar' de tarefas no espaço da casa. Naquelas casas onde as mulheres passam parte do dia inserida na feira ou no assalariamento urbano. Ocorreram mudanças na condução da casa. O trabalho na unidade doméstica passou a ser desempenhado por todos os membros da família, inclusive os homens, deixando de ser um trabalho exclusivamente feminino (MENEGAT, 2008, p. 245)

O Brasil ainda não ratificou a Convenção 156 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que define que a responsabilidade com o cuidado das crianças e da família deve ser compartilhada entre homens e mulheres.

Contudo,

Hoje, por exigência dela, o homem participa dos serviços domésticos mais essenciais, ou seja, cozinhando e cuidando de crianças pequenas. A limpeza da casa e a lavagem das roupas ainda são quase que exclusivamente atividades desempenhadas pelas mulheres e é por isso,

que dizemos que aconteceu 'um certo partilhar' no espaço doméstico, provocado por uma nova situação de trabalho da mulher, que produziu novas composições (MENEGAT, 2008, p. 246).

A expressão “um certo partilhar” grifada pela autora explícita que, no que se refere à inclusão da participação do homem nas atividades domésticas, a mulher avançou, porém, de forma limitada, já que em casa ela continua sendo a parte submissa e responsável pela maior parte do serviço doméstico.

Todavia, quando a mulher exerce o trabalho doméstico fora do domicílio familiar e com remuneração, ela muda de papel, pois para o trabalho capitalista ela não é mulher, é trabalhadora. Entretanto, nem mesmo dessa forma ela escapa dos estereótipos de gênero, pois, segundo Menegat (2008), o fato de ser doméstica traz um *status* forte e determinante para a mulher, definindo-a como matriz cultural e como memória do grupo familiar.

Ademais, o fato de apresentar um emprego “extra assentamento” não confere à mulher a autonomia desejada, pois, ao voltar para casa, as decisões com relação ao lote continuam, normalmente, com o marido.

A inserção da mulher no trabalho produtivo está subordinada a esse conjunto de correlações de forças de trabalho junto com sua família. Em outras palavras, a mulher trabalhadora se constitui, assim, numa força de trabalho com características específicas que fazem dela uma matriz cultural, difusora de uma concepção não capitalista de mundo, onde ela desempenha com excelência diferentes funções: dona de casa, trabalhadora, às vezes, assalariada e produtora em outro período; e de novo dona de casa, à noite. É companheira, é mãe, é educadora cuja polivalência exige um constante reordenamento do próprio espaço.

O aprendizado coletivo da luta pela terra vem contribuindo de forma significativa para a reconstrução dos papéis de gênero, haja vista que mulheres e homens participam conjuntamente de um processo que busca mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais as quais se refletem na recriação do novo espaço: a terra conquistada.

Contudo, na maior parte dos casos, fora do contexto de luta, a mulher ainda continua sendo excluída das instâncias decisórias, principalmente em espaços vistos como masculinos, como a produção e a organização do assentamento. Ela é vista como inferior na divisão do poder e o seu trabalho, embora indispensável, não recebe a valorização merecida.

Por essa razão que a mulher assentada sente a necessidade de ocupar o seu espaço, pois, se num momento ela é vista como companheira, como igual, em outros momentos ela é subjugada a uma condição de submissão e inferioridade.

Com certeza, o fato das mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas, têm se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e dos papéis entre homens e mulheres nos assentamentos. Poder-se-ia pensar nesses embriões como sementes de alterações possíveis no interior das relações familiares e dos códigos que perpassam a produção e reprodução social (DUVAL e FERRANTE, 2010, p.18).

A luta por visibilidade da mulher assentada é semelhante à das mulheres do contexto urbano: com avanços e retrocessos, com vitórias e derrotas. A mulher levou centenas de anos para conquistar a autonomia da qual desfruta atualmente, e, mesmo assim, sabe que ainda há muito o que se conquistar.

Mudar a natureza e a direção do modelo de desenvolvimento dominante, pela inclusão das mulheres em todas as suas especificidades e diversidades e de todos os grupos até hoje marginalizados nesses processos é desafio que se coloca nesse início de século XXI (BRASIL, 2008, p. 134).

No caso da mulher assentada, o que percebemos é que ela não quer o lugar do homem de autoridade absoluta na família e no lote. O que ela quer é uma posição menos desigual, com os mesmos direitos e deveres e com o mesmo poder de decisão.

ASPECTOS GERAIS DO ASSENTAMENTO SANTA OLGA NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA-MS

O assentamento Santa Olga está localizado há aproximadamente 15 km do núcleo urbano de Nova Andradina-MS e surgiu da desapropriação da Fazenda Santa Olga, no ano de 2004. A área desapropriada era de 1.448,30 ha e foi dividida em 170 lotes e distribuídos às famílias cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (CAMUCI, 2010).

Segundo essa mesma autora, a área foi ocupada devido à pressão exercida por dois movimentos de luta pela terra: um do município de Batayporã-MS e outro de Nova Andradina-MS, ambos associados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS). Essa propriedade tornou-se alvo do movimento a partir de informações sobre o não pagamento de impostos e de outras irregularidades. As famílias ficaram durante 12 anos às margens da rodovia até a conquista pacífica das terras e transformação em assentamento. O acampamento montado próximo à rodovia MS-276 era constituído por, aproximadamente, 400 famílias que se abrigavam em barracos de lona.

Com a aplicação de 60 formulários de um questionário durante a realização de entrevistas junto às famílias assentadas nos foi possível identificar que 66% dos entrevistados são casados, 2% são solteiros e 32% se enquadram na categoria de união estável. Com relação à faixa etária, a mais significativa é a que compreende as idades de 41 a 60 anos, num total de 38% dos entrevistados.

Alguns assentados trabalham como diaristas em lotes vizinhos, principalmente nas plantações de mandioca, pois tanto o período do plantio como o da colheita são constituídos por atividades intensas e pesadas e que demandam considerável agilidade. Por essa razão, nem sempre o dono do lote consegue realizar todo o serviço.

Observamos nas visitas realizadas no assentamento que as mulheres trabalham ativamente na colheita da mandioca. Algumas informaram que sempre

ajudaram na colheita, todavia, nos últimos tempos, não aguentam trabalhar mais que dois dias seguidos, devido às constantes dores lombares. Reclamaram, ainda, que não conseguem acompanhar o trabalho dos homens, por se tratarem de árduas atividades. Na colheita os trabalhadores enchem sacos grandes, que eles chamam de “bag”, para o caminhão levar até a fecularia em Nova Andradina-MS.

Além do plantio de mandioca há cultivo de vários produtos no assentamento, porém de pouca expressividade na comercialização, como: banana, abacaxi, limão, laranja, melancia, goiaba, poncã, cana-de-açúcar, acerola, manga, abóbora, café, milho, berinjela, quiabo, feijão, amendoim, milho, batata doce, pimenta, mamão e coco. Além desses produtos, em quase todos os lotes visitados existem plantações de hortaliças, tanto para subsistência quanto para vender nas feiras livres e mercados.

Na maioria dos lotes, o cultivo da horta conta com o auxílio das mulheres, quando não se constitui em responsabilidade exclusiva delas.

As frutas cultivadas são, em sua maioria, para consumo próprio, com exceção do abacaxi que também é comercializado.

Porém, o que predomina, durante todo o ano, no assentamento é a pecuária leiteira. Os produtores tiram o leite, armazenam no resfriador e depois entregam à Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivinhema (COOPAVIL), ao Laticínio Líder e a Cooperativa Central Agroindustrial do Paraná (CONFEPAR). Há no assentamento uma miniusina de pasteurização de leite, com capacidade para armazenar 500 litros por dia, porém, até o período do trabalho de campo, não estava em funcionamento.

Quanto à criação de porcos e aves, essa é quase que exclusivamente para consumo próprio.

O Assentamento Santa Olga, após três anos de sua implantação, recebeu os primeiros recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que fornece crédito rural em forma de financiamento, com valor inicial de vinte mil reais, com prazo para pagar em até dez anos. Após o período de carência, que é de três anos, o valor financiado pode ser pago por mês com juros de 0,5% ao ano.

Dentre os entrevistados, 28,34% afirmaram ter contraído algum tipo de financiamento e 71,66% declararam nunca terem feito empréstimo. Todos os que fizeram o empréstimo afirmaram que foi muito bom para eles, pois permitiu o crescimento do efetivo bovino, apesar de acharem o preço das vacas muito elevado (na época perfazia o montante de dois mil reais cada uma). Os que recusaram o empréstimo justificaram que não o fizeram com receio de contrair uma dívida a qual não conseguissem pagar e terminassem por ter os seus nomes inscritos nos serviços de proteção ao crédito. Entretanto, muitos destes estão mudando de ideia e consideram a possibilidade de fazer uso desse financiamento subsidiado pelo Governo. Observamos que raramente as mulheres participam dessas decisões, que normalmente é feita pelos homens.

Constatou-se que 98% dos assentados que responderam ao nosso questionário participam da reunião comunitária do assentamento. Segundo eles, essa participação é fundamental, pois os mantêm informados sobre os fatos relacionados ao assentamento. Os 2% que afirmaram não participar informaram que não o fazem por falta de interesse.

Com relação à participação em movimentos representativos, dentre os entrevistados, 98% afirmaram participar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 2% declararam participar do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST). Nenhum dos entrevistados declarou estar filiado a partido político.

O meio transporte mais utilizado pelos assentados é o carro, cerca de 37%, ficando em segundo lugar a motocicleta (29%). Os assentados geralmente vão com seu próprio carro ou moto para a cidade, ou de carona com os vizinhos.

Verificou-se que poucas famílias possuem computadores: cerca de 4% tem computador sem internet e uma pessoa tem computador com internet, pois possui antena de captação. Os demais não possuem computador e, tal fato, dificulta a vida dos estudantes, já que os professores das escolas públicas, muitas vezes, exigem trabalhos escolares cujos conteúdos demandam pesquisas na internet.

Verificou-se também que quase todos os assentados possuem algum tipo de eletrodoméstico e, embora 50% não tenham aparelho de DVD, apenas uma família não possui televisão.

Todas as casas construídas no Assentamento Santa Olga são de alvenaria, possuindo banheiro sanitário e fossa séptica. O abastecimento de água se dá por meio de poços semiartesianos (95%) e comuns (5%), cuja água não é tratada.

As casas, apesar de simples, estão em bom estado. Segundo os assentados os materiais que faltaram para terminar a casa (como cimento e areia para rebocar, piso e argamassa) vieram aos poucos.

Apesar de enfrentarem alguns problemas com a produção e comercialização de seus produtos, a maior parte dos entrevistados se mostra contente com a vida no assentamento, pois acredita que nas áreas urbanas teria maior dificuldade de sobrevivência.

AS MULHERES DO ASSENTAMENTO SANTA OLGA: DESAFIO E SUPERAÇÃO

A jornada de trabalho da mulher assentada no Santa Olga é árdua, segundo o relato de Nadir Gonçalves da Silva Pontes, uma das entrevistadas: ela levanta por volta das seis horas, prepara o café da manhã e embala as hortaliças que serão comercializadas na cidade, tarefa que termina em torno das nove horas. Após, alimenta a criação de animais e se volta para a arrumação da casa e preparo do almoço. Ao final da tarde, alimenta novamente os animais e trabalha um tempo na horta. Após essas tarefas externas, retorna para dentro de casa e se ocupa com outras arrumações, cuidado com os filhos e preparo do jantar. Aos finais de semana prepara os doces, pães e picles que comercializa na feira livre da cidade. Nessa feira, as mulheres se revezam no plantão da barraca. Segundo Nadir, a renda obtida pela venda de seus produtos é de, aproximadamente, trezentos reais mensais.

Aproximadamente 24% das famílias têm pessoas que trabalham fora do assentamento: em usinas, frigoríficos e no comércio de Nova Andradina. Entretanto,

essa realidade envolve quase que exclusivamente os homens. Somente uma das entrevistadas afirmou que tem trabalho fixo assalariado na área urbana de Nova Andradina, como doméstica.

As outras mulheres, apesar de não terem emprego fixo fora do lote, precisam se deslocar para a cidade para a comercialização de produtos produzidos por elas, como artesanato e produtos alimentícios, tais como: pães, doces, queijo, biscoitos, broas, pickles em geral e bolos. As mulheres que desenvolvem essa atividade receberam cursos de capacitação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Segundo Duval e Ferrante (2010) trata-se da agroindustrialização em pequena escala, comum nos assentamentos do Brasil. Essa atividade exercida pelas mulheres gera uma renda extra. Contudo, no Assentamento Santa Olga, a renda resultante desse trabalho não é utilizada em satisfação pessoal, mas sim, revertida para o bem estar da família. Essas mulheres que exercem atividades extra-lote afirmaram gostar do que fazem. Observamos que os alimentos beneficiados têm boa qualidade, o que facilita a comercialização no mercado local. Como afirma Menegat (2008), a participação das mulheres em feiras livres se dá como uma extensão do trabalho do assentamento.

Todavia, nem todas as mulheres trabalham com artesanato e alimentos beneficiados. Uma delas dispõe de um salão de beleza, porém, dentro do próprio assentamento. A proprietária desse salão, instalado nos fundos de sua casa, declarou que a renda obtida serve para complementar a renda da família. A implantação desse empreendimento demonstra o fato da mulher assentada sentir a necessidade de obter renda “extra-lote”, como afirma Menegat (2008).

Entretanto, apesar de poucas mulheres afirmarem trabalhar fora do lote, quase todas (exceto uma) declararam ajudar nas atividades inerentes ao lote, como capina, colheita, alimentação dos animais, ordenha, cultivo da horta, etc. Estritamente aos homens fica reservado o serviço “mais pesado”, como plantar e colher mandioca, por exemplo, no entanto, elas também participam dessa atividade, quando necessário, conforme já demonstramos anteriormente.

Trata-se da divisão sexual do trabalho mencionada por Scwendler (2002), Tedeschi (2009) e Farias (2010). Contudo, apesar da participação da assentada do Santa Olga nas atividades acima mencionadas, essa participação ainda é pouco visível, haja vista que as atividades como alimentação de animais e cultivo da horta, por exemplo, estão embutidas no chamado “cuidar da casa”, como assinalou Schwendler (2002). Como bem argumentam Duval e Ferrante (2010, p. 10): “o trabalho produtivo se confunde com o trabalho reprodutivo contribuindo para a invisibilidade do trabalho da mulher assentada”.

Todavia, apesar da maioria das mulheres auxiliarem os homens no serviço do lote, poucas declararam receber ajuda deles no serviço doméstico. Isso significa que a delimitação dos papéis vai até certo ponto, ou seja, a mulher pode ultrapassar a tradicional divisão de papéis e auxiliar nas atividades do lote, contudo, os homens ainda não adquiriram o hábito de ajudar nos serviços da casa e no cuidado com os filhos. Esse fato remete ao assinalado por Menegat (2008) de que o partilhar dos serviços domésticos não é tão compartilhado assim.

Quando se faz necessário tomar alguma providência com relação ao futuro do lote – tipo de produção adotada (o que plantar ou criar, por exemplo), realização de empréstimos bancários, aplicações financeiras, aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, comercialização da produção, entre outros - apenas uma das mulheres entrevistadas declarou ter participação ativa nessas decisões. As demais declararam que nesse tipo de decisão a palavra final é sempre do marido ou companheiro. Isso confirma o que dizem Schwendler (2002) e Duval e Ferrante (2010), ao afirmarem que a participação das mulheres assentadas em tomadas de decisões com relação ao futuro do lote ainda é mínima, quase inexistente.

Apesar das entrevistadas não participarem de sindicato e nem estarem organizadas em associações ou cooperativas, existe um grupo composto por seis mulheres e que, embora não esteja formalizado, auxilia na organização feminina. Elas participam e incentivam a participação das demais nos projetos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Segundo a Sra. Izabel Cristina da Silva, líder das mulheres assentadas do Assentamento Santa Olga, foi elaborado, em parceria com a Superintendência de Projetos e Políticas Públicas e com a Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS, um projeto que contempla as mulheres assentadas. Essa parceria também conta com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), no qual são oferecidos os seguintes cursos: beneficiamento e transformações caseiras de mandioca, fabricação de produtos de limpeza, produção caseira de pães, bolos e biscoitos, artesanato em palha de milho e fibra de banana, doces, conservas, além de cursos de pintura e manicure. Também está em andamento um projeto de curso de corte e costura, porém até o fechamento da pesquisa, ainda não tinha sido aprovado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ter ocorrido, nos últimos anos, um aumento no número de assentamentos rurais no Brasil, os mesmos ainda carecem de infraestrutura e os assentados, em geral, tem dificuldades de sobrevivência na terra, o que dificulta a sua permanência no lote. Nessa perspectiva, a situação fica difícil para todos, mas, principalmente para as mulheres, pois apesar dos homens ainda serem os principais provedores, são elas que arcam com a responsabilidade de zelar pelo bem estar da família.

Nesse sentido, a mulher veio acumulando funções, dentro e fora do lote. Dentro do lote ela é responsável por todo o trabalho reprodutivo que, apesar de árduo, não é reconhecido como se deve. Fora do lote, elas atuam em feiras/mercados livres vendendo produtos colhidos e beneficiados no lote, assim como também buscam colocação como assalariadas no mercado de trabalho. Todavia, devido à falta/insuficiência de especialização, para elas restam os subempregos ou trabalho como empregadas domésticas.

Essa realidade foi verificada no Assentamento Santa Olga, pois lá, dentre as entrevistadas, apenas uma declarou ser responsável apenas pelo serviço da casa.

As demais, além dos trabalhos domésticos, são responsáveis pela horta, pelas criações de aves e porcos, ajudam na lavoura de seu próprio lote e muitas, ainda trabalham como diaristas nos lotes vizinhos. Além disso, elas estão integradas em programas de capacitação, tudo no sentido de adquirir autonomia financeira e contribuir para o sustento da família.

Ao final da pesquisa foi possível perceber que essas mulheres são sobrecarregadas de trabalho, porém, o mais triste é que toda essa colaboração ainda não se faz suficiente para que desfrutem de igual poder de decisão com relação ao lote, pois muito do que elas fazem se constitui num trabalho, se não invisível, pouco valorizado.

Assim, podemos concluir que as mulheres assentadas, mais que as mulheres do contexto urbano, sofrem as discriminações de gênero no ambiente de trabalho, pois, apesar de estarem todos os dias presente, batalhando, trabalhando no lote e fora dele, o seu trabalho ainda é visto como complementar.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Verônica Fagundes; RIBEIRO, Eduardo Pontual. **Diferenciais de salários por gênero no Brasil**: uma análise regional. 2001. Disponível em: www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2001_11.pdf. Acesso em: 10 de março de 2014.

BECKER, Simone. Poderes e resistências de mulheres na região sul de Mato Grosso no início do século XX. In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados: UFGD, 2009.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento. **PRONAF Mulher**. Apoio Financeiro – programas e fundos. 2012. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf_mulher.html. Acesso em 27 de junho de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Crédito Rural**. 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em 08 de julho de 2012.

CAMUCI, Marisa. **Estudo da organização produtiva do assentamento Santa Olga no Município de Nova Andradina-MS**. Monografia (Graduação em Geografia). Nova Andradina: UFMS, 2010.

DUVAL Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentadas rurais no circuito da resistência: invertendo papéis? In: **Anais VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**. Universidade Federal de Pernambuco: Porto de Galinhas, 2010.

FARIA, Nalu. A divisão sexual do trabalho como base material das relações sociais de gênero. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra**. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS Dinâmica, 2006.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais portas? In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas e suas lutas. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008.

NORONHA, O. M. **De camponesa a madame. Trabalho feminino e relações de saber no meio rural**. São Paulo: Loyola, 1986.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento**. Novembro de 2002. Vozes Sem Terra, site hospedado pela Escola de Línguas Modernas – Universidade de Nottingham, Grã-Bretanha. Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=CONSTRUC567&ng=p&sc=3&th=42&se=0>. Acesso em 07 de maio de 2012.

SILVA, Rosane da. Igualdade de oportunidades: uma campanha fundamental. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres**: experiências e desafios. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

TEDESCHI, Losandro Antonio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados: UFGD, 2009.

Recebido para publicação em 30 de março de 2014

Devolvido para revisão em 16 de maio de 2014

Devolvido para revisão em 29 de setembro de 2014

Aceito para publicação em 08 de outubro de 2014